

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)

CARGO 23: ESPECIALISTA EM RECURSOS MINERAIS ESPECIALIDADE: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO (SUPORTE À GESTÃO, ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA)

Prova Discursiva

Aplicação: 16/02/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A avaliação de políticas públicas é um processo objetivo de exame e diagnóstico da política pública sob análise. Executada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão, assim como atribuir mérito. Também pode ser descrita como um processo que avalia a necessidade, a relevância, o desenho, a implementação, a utilidade de uma intervenção proposta que busca concretizar os objetivos de uma política ou como análise de uma ação fundamentada, visando a certos objetivos, em termos de pertinência, implantação e resultados.

A avaliação de políticas públicas é vista não apenas como um instrumento de gestão, mas, sobretudo, como um meio para aferir o desempenho de políticas e programas e estabelecer os parâmetros para a prestação de contas da burocracia e dos governantes. Constitui-se em um importante mecanismo para explicar e medir a implementação, os resultados e o alcance das políticas e dos programas públicos, tendo como propósito dar suporte a decisões futuras.

Devem ser considerados, nesse processo de avaliação, entre outros aspectos, a forma como a política está sendo implementada, seus efeitos desejados e adversos, os principais *stakeholders* e a forma como os recursos públicos estão sendo utilizados, assim como o estabelecimento de prioridades, objetivos e metas a serem alcançados. Para tanto, é necessário o uso de metodologias formais, já que, diferentemente da análise individual (em que aspectos subjetivos são facilmente racionalizados e ordenados de acordo com o seu grau de importância relativa), no caso das políticas públicas, ocorre uma impossibilidade de sintetização de benefícios subjetivos de toda a sociedade. As metodologias e ferramentas analíticas utilizadas na avaliação fundamentam a tomada de decisão dos gestores públicos em prol do aprimoramento das políticas em execução. **Há outras metodologias formais que podem ser incluídas, como quanto ao momento de realização da avaliação, ou seja: avaliação *ex-ante* (antes da implementação) – permite um diagnóstico da viabilidade da política; avaliação *in itinere* (durante a execução) – possibilita ajustes e correções concomitantes ao processo de implementação e execução de políticas públicas; avaliação *ex-post* (após a implementação) – analisa os impactos e resultados da política, ou seja, a avaliação final.** A abordagem da avaliação escolhida deve estar alinhada ao ciclo de execução da política pública. Por exemplo, uma linha de avaliação de impacto só deve ser executada se a política já tiver alcançado tempo de execução suficiente para que haja os resultados e os impactos esperados, conforme o seu modelo lógico. **A eficiência, a eficácia e a efetividade também são conceitos fundamentais na análise de políticas públicas.**

A política pública deve apresentar diretrizes, objetivos e metas democraticamente selecionados, para haver legitimidade perante a sociedade, e os *stakeholders* não apenas legitimam o processo, mas também desempenham um papel ativo nas decisões, seja aprovando, influenciando, implementando, monitorando ou ajudando a modificar ações e decisões. A influência de um *stakeholder* depende do seu interesse nos objetivos da organização e da sua capacidade de impactar o desempenho organizacional. Eles são fundamentais na avaliação de políticas públicas. O desenho de uma política deve indicar incentivos que levem a uma resposta adequada de seus *stakeholders*, como partes contratadas na execução ou seus beneficiários. Para cada *stakeholder* da política em questão, deve ser avaliado qual é o incentivo existente para a sua atuação na intervenção.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 – Avaliação de políticas públicas e aspectos considerados nesse processo

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Limitou-se ao conceito de avaliação de políticas públicas, sem incluir nenhum aspecto considerado nesse processo.

Conceito 2 – Abordou adequadamente o conceito de avaliação de políticas públicas e incluiu, corretamente, apenas um aspecto considerado nesse processo.

Conceito 3 – Abordou adequadamente o conceito de avaliação de políticas públicas e incluiu, corretamente, apenas dois aspectos considerados nesse processo.

Conceito 4 – Abordou adequadamente o conceito de avaliação de políticas públicas e incluiu, corretamente, três aspectos considerados nesse processo.

QUESITO 2.2 – Adoção de metodologias formais na avaliação de políticas públicas

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou a adoção de metodologias formais no processo de avaliação de políticas públicas, porém não desenvolveu.

Conceito 2 – Abordou, de maneira desenvolvida, porém parcialmente inconsistente, a adoção de metodologias formais no processo de avaliação de políticas públicas.

Conceito 3 – Abordou, de maneira desenvolvida, consistente e clara, a adoção de metodologias formais no processo de avaliação de políticas públicas, destacando sua finalidade e sua importância.

QUESITO 2.3 – Influência dos *stakeholders* na avaliação de políticas públicas

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou a influência dos *stakeholders* na avaliação de políticas públicas, porém não desenvolveu.

Conceito 2 – Abordou, de maneira desenvolvida, porém parcialmente inconsistente, a influência dos *stakeholders* na avaliação de políticas públicas.

Conceito 3 – Abordou, de maneira desenvolvida, consistente e clara, a influência dos *stakeholders* na avaliação de políticas públicas.